

Hugo Motta ouve FecomercioSP sobre fim da escala de 6x1

Encontro reúne empresários e aponta custos, transição e efeitos para pequenos negócios

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos/PB), afirmou a representantes do setor empresarial ligados à Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP) que pretende incorporar ao debate sobre o fim da escala de trabalho 6x1 um conjunto de “pautas estruturantes” relacionadas à implementação da medida.

A declaração do presidente foi feita durante reunião com lideranças empresariais em Brasília, no contexto da instalação da Comissão Especial da Câmara destinada a analisar propostas sobre a jornada de trabalho. O colegiado é presidido pelo deputado Alencar Santana (PT/SP) e tem relatoria do deputado Leo Prates (Republicanos/BA).

Segundo Motta, além da discussão sobre a redução da jornada, o Parlamento deve avaliar mecanismos de transição e possíveis compensações às empresas diante do aumento do custo da hora trabalhada. O presidente da Câmara afirmou que o processo legislativo seguirá aberto a sugestões de diferentes setores econômicos.

Antes do encontro com Motta, representantes de sindicatos patronais vinculados à FecomercioSP reuniram-se com parlamentares de diferentes partidos para apresentar preocupações relacionadas aos impactos eco-



Divulgação

Segundo Motta, o Parlamento deve avaliar mecanismos de transição e possíveis compensações

nômicos da proposta. O grupo também dialogou com a deputada Adriana Ventura (Novo/SP), além dos deputados Any Ortiz (Progressistas/RS), Jorge Goetten (Republicanos/SC) e Joaquim Passarinho (PL/PA).

Durante as conversas, empresários defenderam que a redução da jornada semanal, sem ajustes na estrutura produtiva, pode gerar aumento significativo de

custos e afetar a competitividade das empresas, especialmente nos setores de comércio e serviços.

Hugo Motta reconheceu que a medida tende a produzir efeitos mais intensos sobre micro e pequenas empresas. Segundo ele, negócios de menor porte operam com margens reduzidas e menor capacidade de absorção de custos adicionais, o que exige atenção no debate legislativo.

Levantamento apresentado pela FecomercioSP estima que a redução da jornada de 44 para 40 horas semanais pode gerar impacto relevante na folha de pagamento das empresas. O setor argumenta que a medida pode resultar em aumento expressivo do custo da hora trabalhada, sem correspondente ganho de produtividade no curto prazo.

Representantes empresariais

também destacaram a importância da negociação coletiva como instrumento de adaptação às diferentes realidades econômicas. Para o setor, uma regra única definida por lei poderia desconsiderar especificidades de segmentos distintos da economia.

O presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Taubaté e Região (Sincovat), Dan Guinsburg, afirmou que a padronização da jornada pode gerar distorções entre empresas de portes e atividades diferentes, defendendo maior flexibilidade nas negociações.

Empresários avaliaram de forma positiva a abertura ao diálogo demonstrada pelo presidente da Câmara e por integrantes da comissão especial. A expectativa do setor é de que o Congresso considere alternativas que permitam transição gradual e adaptação das empresas às novas regras.

A FecomercioSP sustenta ainda que mudanças abruptas na jornada de trabalho podem impactar a geração de empregos, a competitividade do setor produtivo e a sustentabilidade de pequenos negócios, que representam a maior parte das empresas no país. O debate sobre a escala 6x1 segue em análise na Câmara dos Deputados e deve avançar nas próximas etapas da comissão especial, com participação de representantes do governo, do setor empresarial e de trabalhadores.

Comércio projeta alta moderada no Dia das Mães

As vendas relacionadas ao Dia das Mães devem apresentar crescimento de 3% no Estado de São Paulo durante o mês de maio, segundo estimativa da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP). A projeção indica que o faturamento pode alcançar cerca de R\$ 82 bilhões, o que representa um aumento de R\$ 2,7 bilhões em relação ao mesmo período do ano anterior.

De acordo com a entidade, embora o avanço seja considerado modesto, tanto no Estado quanto na capital paulista — onde a expectativa é de alta de 2% — o resultado pode ser avaliado de forma positiva diante do cenário econômico atual. A análise leva em conta fatores como a base de comparação elevada, as taxas de juros ainda altas, o nível de endividamento das famílias e

a inflação persistente.

A perspectiva favorável está associada, principalmente, ao desempenho do mercado de trabalho e ao aumento da renda, que contribuem para ampliar o consumo e o acesso ao crédito. Nesse contexto, o Dia das Mães mantém relevância para o comércio, especialmente em segmentos ligados a presentes tradicionais, como vestuário, calçados e cosméticos, além de experiências familiares.

O levantamento aponta crescimento disseminado entre os setores analisados. Farmácias e perfumarias devem registrar o maior avanço, com alta estimada em 6%. Em seguida aparecem as lojas de vestuário, tecidos e calçados, com previsão de crescimento de 4%, e os supermercados, com elevação de 3%.

Por outro lado, o ambiente econômico ainda restritivo ten-

de a limitar o desempenho de segmentos que dependem mais do crédito. A combinação de juros elevados, endividamento das famílias e incertezas econômicas e eleitorais impacta principalmente a venda de bens duráveis. Nesse grupo, as atividades de eletrodomésticos, eletrônicos e lojas de departamentos devem crescer cerca de 1%, enquanto o setor de móveis e decoração pode registrar alta de 2%.

Na capital, o comportamento segue tendência semelhante. O faturamento de maio deve crescer 2%, com destaque para o segmento de vestuário, tecidos e calçados, que pode avançar 4%. Farmácias e perfumarias devem ter alta de 3%, supermercados, de 2%, e lojas de móveis e decoração, de 1%. Já o setor de eletrodomésticos, eletrônicos e lojas de departamento tende à estabilidade no período.



Magnific

Faturamento pode alcançar cerca de R\$ 82 bilhões no período